

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

DCP – FFLCH – USP

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Política Internacional

Primeiro Semestre 2026

FLS 6565 Dinheiro, Partidos e Eleições

Objetivo:

A disciplina examina o papel do dinheiro na competição política, tanto em processos eleitorais quanto no funcionamento das organizações partidárias. Seu primeiro objetivo é contextualizar historicamente o debate sobre financiamento político, recuperando a literatura que analisa a origem dos recursos nas democracias representativas desde o final do século XIX. O segundo objetivo é revisar as análises sobre as reformas no financiamento da política, incluindo as regulações do mercado de recursos privados e a adoção de subsídios públicos. Por fim, o terceiro objetivo é apresentar a produção acadêmica que investiga empiricamente os fluxos financeiros destinados ao financiamento de partidos e eleições no Brasil após 1988.

Justificativa:

O tema do financiamento da competição política ocupa um lugar central na ciência política. A disciplina insere o caso brasileiro contemporâneo em uma perspectiva histórica — recuperando as reformas que levaram ao modelo vigente — e também em uma perspectiva comparada. A questão do financiamento da política está intrinsecamente vinculada a aspectos fundamentais da democracia representativa, como a equidade cidadã, a disputa equilibrada, a responsividade dos representantes e a integridade da representação. Abordamos tanto questões normativas, relacionadas aos objetivos desejados por diferentes modelos de financiamento, quanto questões empíricas, que tratam o financiamento como variável dependente ou independente nos processos de competição política.

Critérios de avaliação:

Participação em aula: 30%

Trabalho final da disciplina: 70%

Sessão 1: Apresentação

Bloco I. A perspectiva internacional

Sessão 2: Financiamento da política – origens e sistematização

Na primeira sessão tratamos das origens do financiamento de eleições e partidos desde o final do século XIX, ressaltando diferentes estratégias de mobilização de recursos e o papel ambíguo do dinheiro na política. Por um lado a mobilização de recursos aumenta o sufrágio passivo. Por outro lado ele mina o princípio da igualdade do sufrágio ativo.

Sessão 3: A regulação do financiamento privado – as justificativas

Recapitulamos diferentes justificativas para a regulação do financiamento privado, vedando fontes e gastos e limitando fluxos financeiros. Mapeamos a presença dessas regulações no mundo contemporâneo. Analisamos os argumentos normativos na discussão dessas reformas que enfrentam vários dilemas: os tetos de gastos tornam os competidores mais iguais, mas podem representar uma vantagem para o

incumbente. O autofinanciamento não cria vínculos com interesses privados de doadores, mas limita o acesso à atividade política à elite social. A capacidade desigual de arrecadação pode sinalizar uma candidatura popular, mas ao mesmo tempo ela resulta em uma competição desequilibrada.

Sessão 4: A regulação do financiamento privado – analisando as causas e o impacto das reformas  
A análise empírica mobiliza as reformas tanto como variável dependente como independente. Na tradição dos estudos sobre reformas políticas um primeiro grupo de estudos tenta identificar as causas das reformas. Outros trabalhos analisam o impacto das novas regras sobre os diferentes atores.

Sessão 5: A introdução dos subsídios públicos – histórico e sistematização  
Subsídios públicos indiretos e diretos, modelos de distribuição. Recuperamos diferentes modalidades de mobilização de recursos públicos, desde o uso unilateral da máquina administrativa pelos governos, passando pela absorção de custos da atividade política pelo estado para finalmente introduzir subsídios diretos para financiar partidos políticos e campanhas eleitorais. Discutimos neste contexto também as diferentes justificativas pela introdução de subsídios públicos.

Sessão 6: Subsídios públicos em perspectiva comparada – análise das causas e do impacto  
A análise das causas e efeitos da introdução dos recursos públicos mobilizou estudos de caso e trabalhos comparativos. A ideia central que fortemente influenciou o debate sobre os partidos políticos é a tese da cartelização partidária. Ela sugere uma dinâmica oculta associada à distribuição dos recursos públicos entre os partidos que tem consequências profundas sobre a competição partidária. Análise da controversia sobre a cartelização do sistema partidário a partir da alocação de recursos públicos estará no centro da sessão.

## Bloco II: O caso do Brasil

Sessão 7: Recapitulação da regulação e dos subsídios no Brasil – histórico e explicação das reformas  
Recuperamos a evolução do financiamento da política no Brasil a partir de documentos históricos como relatórios de Comissões Parlamentares de Inquerito. Mapeamos os modelos de financiamento de partidos e eleições desde a segunda metade do século XX até hoje e revisamos a literatura que analisa as causas e os impactos de reformas que mudaram parcialmente ou profundamente a forma como o dinheiro influencia partidos e eleições no Brasil.

Sessão 8: Análises empíricas sobre recursos privados nas eleições  
A partir da divulgação pelo TSE de dados sobre o financiamento de eleições e posteriormente sobre as organizações partidárias a pesquisa empírica sobre o tema no Brasil prosperou. Analisamos vários trabalhos que respondem questões como: Quem doa e por que? Em que medida o dinheiro influencia a dinâmica das eleições? Qual é o impacto do financiamento a longo prazo sobre os eleitos, as empresas, os partidos.

Sessão 9: Os recursos públicos nas eleições  
Com as reformas a partir de 2015 o modelo de financiamento mudou radicalmente no Brasil. Os recursos empresariais foram substituídos pelo financiamento público. Essa mudança teve impacto também sobre a agenda de pesquisa da ciência política. Um tema que ganhou destaque é a forma como os recursos são alocados entre os partidos e como os partidos gerenciam internamente. Revisamos a literatura recente sobre o modelo de financiamento público preponderante de partidos e eleições na última década no Brasil.

Sessão 10: Os recursos financeiros e a representação das mulheres  
Um dos temas importantes da representação política é a subrepresentação de mulheres nos cargos eletivos. A literatura identifica o financiamento como um dos fatores responsáveis pelo baixo desempenho de candidaturas de mulheres nas eleições. Em muitos países ao lado da introdução de cotas

para mulheres varias regras a respeito do financiamento da política tentaram reverter este quadro. Revisamos esse debate na luz da literatura internacional e nacional.

### Bloco III. Laboratório com dados

#### Sessão 11: Receitas e gastos nas eleições gerais e municipais

A partir dos temas abordados na disciplina formularemos varias perguntas de pesquisa para explorar os dados sobre o financiamento das eleições desde 2002. Os dados de financiamento das eleições de 2002 a 2024 estão disponíveis no site do TSE. Estes dados oferecem oportunidades únicas para retomar perguntas feitas em pesquisas anteriores e explorar novos temas sobre a relação entre dinheiro e competição política no Brasil.

#### Sessão 12: O financiamento das organizações partidárias

O tema das organizações partidárias ganhou destaque na ciência política brasileira. A análise sobre a estrutura organizacional, as lideranças, os filiados e a relação entre diretórios nacionais, estaduais e municipais ganhou corpo. A partir de 2017 o TSE disponibiliza as prestações de contas anuais dos partidos em todos os ambitos. Exploramos esses dados como fonte de pesquisa para responder perguntas sobre a estrutura interna e as relações de poder nas organizações partidárias no Brasil.

### **Bibliografia**

AUSTEN-SMITH, David. Campaign Contributions and Access. *The American Political Science Review*, v. 89, n. 3, p. 566–581, 1995.

BAKER, Anne. Are Self-Financed House Members Free Agents? *Congress & the Presidency*, v. 35, n. 1, p. 53–70, mar. 2008.

BIEZEN, Ingrid van. Political Parties as Public Utilities. *Party Politics*, v. 10, n. 6, p. 701–722, 11 jan. 2004.

CAMPOS, Mauro Macedo; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Inovação institucional pendular: análise da regulação da participação privada no custeio do sistema político brasileiro (1946 a 2015). *Revista Teoria & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 15–48, 2015.

COATE, Stephen. Power-hungry Candidates, Policy Favors, and Pareto Improving Campaign Finance Policy. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, abr. 2003.

EVERTSSON, Nubia. Political Corruption and Electoral Funding: A Cross-National Analysis. *International Criminal Justice Review*, v. 23, n. 1, p. 75–94, 1 mar. 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. Mestrado—Recife: UFPE, 2009.

FRANCIA, Peter L. et al. *The Financiers of Congressional Elections: Investors, Ideologues, and Intimates*. New York: Columbia University Press, 2003.

FRANCIA, Peter L. et al. Limousine Liberals and Corporate Conservatives: The Financial Constituencies of the Democratic and Republican Parties. *Social Science Quarterly*, v. 86, n. 4, p. 761–778, 2005.

GREEN, Donald Philip; KRASNO, Jonathan S. Salvation for the Spendthrift Incumbent: Reestimating the Effects of Campaign Spending in House Elections. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 4, p. 884–907, 1988.

HOFNUNG, Menachem. The Public Purse and the Private Campaign: Political Finance in Israel. *Journal of Law and Society*, v. 23, n. 1, p. 132, mar. 1996.

- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. Redes de partidos políticos tecidas por financiadores: um estudo das eleições de 2010 no Brasil. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 49–78, 2015.
- JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *The American Political Science Review*, v. 72, n. 2, p. 469, jun. 1978.
- JACOBSON, Gary C. Money and votes reconsidered: congressional elections, 1972-1982. *Public Choice*, v. 47, n. 1, p. 7–62, 1985.
- JACOBSON, Gary C. Measuring campaign spending effects in U.S. House elections. In: BRADY, Henry E.; JOHNSTON, Richard (Orgs.). *Capturing Campaign Effects*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. p. 199–220.
- JUNCKES, Ivan Jairo et al. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 6, n. 1, p. 25–47, 2015.
- KALLA, Joshua L.; BROOCKMAN, David E. Campaign Contributions Facilitate Access to Congressional Officials: A Randomized Field Experiment. *American Journal of Political Science*, p. n/a-n/a, abr. 2015.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Parties, interest groups and cartels: A comment. *Party Politics*, v. 18, n. 1, p. 107–111, 1 jan. 2012.
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1 jan. 1995.
- KOOLE, Ruud. Cadre, Catch-all or Cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party. *Party Politics*, v. 2, n. 4, p. 507–523, 10 jan. 1996.
- KULICK, Manuela; NASSMACHER, Karl-Heinz. Do parties spend too much. In: MENDILOW, Jonathan (Org.). *Money, Corruption, and Political Competition in Established and Emerging Democracies*. [S.l.]: Rowman & Littlefield, 2012.
- LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 366–393, nov. 2010.
- LEVITT, Steven D. Using Repeat Challengers to Estimate the Effect of Campaign Spending on Election Outcomes in the U.S. House. *Journal of Political Economy*, v. 102, n. 4, p. 777–798, ago. 1994.
- MAIR, Peter; KATZ, Richard S. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, v. 7, n. 4, p. 753–766, 2009.
- MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 155–183, 2015.
- MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 103–125, 2015a.
- MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial. In: COSTA, Paulo Roberto Neves da; PONT, Juarez (Orgs.). *Empresários, Desenvolvimento, Cultura e Democracia*. Curitiba: UFPR, 2015b. p. 185–195.
- MCMENAMIN, Iain. If Money Talks, What Does It Say?: Varieties of Capitalism and Business Financing of Parties. *World Politics*, v. 64, n. 1, p. 1–38, 2012.
- MENDILOW, Jonathan (ORG.). *Money, Corruption, and Political Competition in Established and Emerging Democracies*. Rowman & Littlefield, 2012.
- MOSCARDELLI, Vincent G.; HASPEL, Moshe. Campaign Finance Reform as Institutional Choice Party Difference in the Vote to Ban Soft Money. *American Politics Research*, v. 35, n. 1, p. 79–102, 1 jan. 2007.

NICOLAU, Jairo. Parties and democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward cartelization. In: LAWSON, Kay; LANZARO, Jorge (Orgs.). *Political Parties and Democracy* [5 volumes]. Santa Barbara: Praeger, 2010. p. 101–126.

PIERRE, Jon; SVÅSAND, Lars; WIDFELDT, Anders. State subsidies to political parties: Confronting rhetoric with reality. *West European Politics*, v. 23, n. 3, p. 1–24, jul. 2000.

PINTO-DUSCHINSKY, Michael. Financing Politics: A Global View. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 4, p. 69–86, 2002.

POWER, Timothy Joseph; TAYLOR, Matthew MacLeod. *Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability*. University of Notre Dame Press, 2011.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley et al. Modelos de financiamento de sistemas eleitorais e partidários: notas de pesquisa para o desenvolvimento de estudos comparados. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 193–227, 2015.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Financiamento partidário no Brasil: propondo uma nova agenda de pesquisas. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, 2009.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e Sexo na Política Brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012a. p. 417–452.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, p. 177–197, 2012b.

SAMUELS, David. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 63, n. 2, p. 569–584, 2001.

SAMUELS, David. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845–863, ago. 2002.

SANTOS, Manoel Leonardo dos; SÁTYRO, Natália Guimarães. Apresentação do dossiê financiamento eleitoral e partidário no Brasil. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 10–14, 2015.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. *Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência*. 2017.

SCHLICKMANN, Denise Goulart; MEZZARROBA, Orides. Financiamento de campanhas eleitorais: a atuação do núcleo de inteligência da justiça eleitoral como instrumento de controle de doações e gastos eleitorais nas eleições de 2016. *Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos*, v. 3, n. 2, p. 68–88, 3 dez. 2017.

SHAPIRO, Dmitry; ZILLANTE, Arthur. Contribution Limits and Transparency in a Campaign Finance Experiment. *Southern Economic Journal*, v. 84, n. 1, p. 98–119, 1 jul. 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, Rita de Cássia (Org.). *Temas de corrupção política no Brasil*. São Paulo: Balão Editorial, 2012. p. 49–97.

SPECK, Bruno Wilhelm. Recursos, partidos e eleições: o papel do financiamento privado, do Fundo Partidário e do horário gratuito na competição política no Brasil. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octavio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. 3. ed. Fundação Konrad Adenauer; Unesp: Rio de Janeiro; São Paulo, 2015b. p. 247–270.

SPECK, Bruno Wilhelm; CAMPOS, Mauro Macedo. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. *Teoria & Pesquisa. Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2, p. 12–40, 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. O peso do dinheiro e do tempo de rádio e TV na disputa do voto para prefeito. In: TELLES, Mara; LAVAREDA, Antonio (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. p. 147–170.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: Uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 167–206.